



OS 111CA – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

PARA: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA PT SGPS, S.A.
DE: COMISSÃO DE AUDITORIA
ASSUNTO: APLICAÇÕES DE EXCEDENTES DE TESOURARIA NO GES (RIO FORTE)
DATA: 10 / 07 / 2014
CC: ROC DA PT SGPS

Através de notícias veiculadas na comunicação social, a Comissão de Auditoria teve conhecimento da existência de um montante avultado de aplicações de excedentes de tesouraria da PT, em papel comercial emitido pela RIO FORTE – Rio Forte Investments, S.A. – uma holding não financeira do Grupo Espírito Santo. Note-se que esta Comissão não teve conhecimento prévio destas aplicações, dado que, no âmbito da OS 111/CA – Transações com Partes Relacionadas, tal matéria está expressamente excluída da exigência de Parecer Prévio desta Comissão e não foi objeto de deliberação constante das Atas da Comissão Executiva, as quais são regularmente analisadas pela Comissão de Auditoria.

Na sequência da reunião havida em 02/07/2014 com o PCE Dr. Henrique Granadeiro sobre esta matéria, a Comissão de Auditoria efetuou as seguintes principais diligências:

(i) A Comissão solicitou à Direção de Reporte Financeiro um resumo da evolução histórica dos saldos das aplicações de excedentes de tesouraria, em títulos e depósitos a prazo, com desagregação do total geral pelo total das aplicações em entidades do Grupo BES e em outras entidades, bem como das correspondentes taxas médias de remuneração, tendo recebido, em 03/07/2014, do Diretor de Reporte Financeiro a informação solicitada, abrangendo o período de 2001 a 2014.

Esta informação evidencia que, ao longo daquele período, a aplicação de excedentes de tesouraria em depósitos a prazo e títulos de dívida de curto prazo em sociedades do Grupo BES, em particular da ESI, sempre foi elevada, tanto em termos absolutos como relativos, tendo oscilado entre um mínimo de cerca de 36,8% (em julho de 2008) e um máximo de 98,6% (em abril de 2014), sendo que:

- a) entre o fecho anual de 2001 e fevereiro de 2008, as aplicações em títulos de dívida de curto prazo do Grupo BES variaram entre um máximo de 600,2 M€ (em dezembro de 2001) e um mínimo de 144,4 M€ (em outubro de 2007);

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107


www.telecom.pt



- b) entre março de 2008 e agosto de 2010, tais aplicações consistiram apenas de depósitos a prazo, variando os depósitos no BES entre 36,8% e 81,5% do total dos depósitos a prazo do Grupo PT;
- c) com a cobrança da primeira tranche do produto da venda da participação financeira da VIVO, a partir de setembro de 2010 crescem muito significativamente os depósitos a prazo e são retomadas as aplicações em títulos de dívida, ascendendo, nesse mês, o total das aplicações no Grupo BES a 3.118,3 M€, ou seja, 50,97% do total das aplicações (sendo 250,0 M€ em títulos de dívida e 2.868,3 M€ em depósitos a prazo);
- d) as aplicações em depósitos a prazo no Grupo BES têm uma redução expressiva no primeiro trimestre de 2011, devido ao investimento efetuado pela PT na Oi/TmarPart, passando o total de aplicações no BES de 3.065,2 M€ em janeiro de 2011 para 1.565,9 M€ em março de 2011, período em que o total dos excedentes de tesouraria passou de 5.554,7 M€ para 2.575,1 M€;
- e) com a cobrança da tranche final do produto da venda da participação financeira da VIVO, a partir de outubro de 2011 verificou-se novamente um crescimento muito significativo dos depósitos a prazo, face aos meses anteriores, ascendendo, nesse mês, o total das aplicações no Grupo BES a 3.001,3 M€, ou seja, 70,91% do total das aplicações (547,5 M€ em títulos de dívida e 2.453,8 M€ em depósitos a prazo);
- f) a partir sensivelmente de setembro de 2012, assiste-se a um aumento da concentração das aplicações de excedentes de tesouraria no Grupo BES, primeiro em depósitos a prazo e, posteriormente em títulos de dívida, passando o total das aplicações no Grupo de 79,6% naquele mês para 85,9% em outubro de 2012, mantendo-se sempre a níveis superiores a 81,5% e atingindo 98,4% em maio de 2014;
- g) a partir de 10/02/2014 as aplicações em títulos de dívida no Grupo BES, até então efetuadas através de "BES Notes" emitidas pela ESI – Espírito Santo International, S.A., passaram a ser feitas através de papel comercial emitido pela RIO FORTE.

(ii) Em 04/07/2014, a Comissão de Auditoria reuniu com a Diretora de Auditoria Interna Corporativa, a quem solicitou a preparação de um resumo dos principais controlos instituídos na Função Tesouraria do Grupo PT e do âmbito e resultados dos correspondentes trabalhos de auditoria interna realizados para efeitos do SOX 404, tendo ainda a Comissão solicitado que fosse efetuada, desde já, a auditoria interna às aplicações de tesouraria realizadas em 2014.

Em 09/07/2014, a Comissão reuniu com as responsáveis da Auditoria Interna Corporativa para discussão dos resultados dos trabalhos solicitados, relativamente a anos anteriores e ao primeiro semestre de 2014, constatando que tais trabalhos concluíram pela conformidade genérica dos procedimentos adotados com os previstos no Manual de Controlo Interno e delegação de competências da PT, muito embora:

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107



- a) não tenha sido possível analisar a razoabilidade dos critérios subjacentes à seleção das aplicações e das instituições onde as mesmas foram efetuadas, dada a ausência do respetivo suporte documental;
- b) tenham sido identificadas algumas desconformidades em aplicações em títulos realizadas em 2014, já vencidas e reembolsadas, no que respeita à formalização da subscrição de títulos em data posterior ao seu início, à falta de indicação em alguns prospetos da taxa de juro aplicável e à falta de assinatura de alguns prospetos pela RIO FORTE; e,
- c) não tenha sido encontrada evidência de terem sido realizadas as apresentações regulares à Comissão Executiva dos *Tableau de Bord* relativos à composição das disponibilidades, para conhecimento e aprovação.

A Auditoria Interna concluiu, ainda, que os normativos internos se encontram mais bem adaptados ao adequado controlo das aplicações em depósitos, do que às aplicações em títulos de dívida, pelo que há necessidade de adaptar os Manuais de Controlo Interno e de Funções nesta área, nomeadamente no que respeita à documentação da análise de risco e à definição de *guidance* para execução de aplicações de tesouraria.

(iii) Em 08 e 09/07/2014, a Comissão de Auditoria reuniu com o Sócio e a Diretora da Deloitte responsáveis pelos trabalhos de auditoria ao Grupo PT no âmbito do *SOX 404*, relativamente aos exercícios anteriores, de quem obteve confirmação dos principais controlos instituídos na Função Tesouraria do Grupo PT e do âmbito e resultados dos correspondentes trabalhos de auditoria externa realizados para efeitos do *SOX 404*, incluindo verificações diretas do funcionamento de controlos considerados críticos e revisão e reavaliação, por amostragem, de outros controlos, cujos resultados não evidenciaram anomalias à efetividade dos mecanismos de controlo interno que foram testados com referência aos exercícios até 2013.

CONCLUSÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA

1. A Comissão de Auditoria constata que, no final de maio de 2014, o total das aplicações em depósitos e títulos de dívidas do Grupo BES ascendeu a 1.642,9 M€, correspondentes a 98,35% do total das aplicações de tesouraria do Grupo PT, sendo que desse total 897 M€ correspondiam a aplicações financeiras efetuadas em fevereiro e abril de 2014, em papel comercial da RIO FORTE (que é uma Holding não financeira do Grupo Espírito Santo), com vencimento em 15 e 17/07/2014.

Estas aplicações, em especial as relativas a títulos de dívida, não cumpriram os requisitos cautelares da política de gestão do Risco de Crédito divulgada nos documentos de prestação de contas, quer sobre diversificação, quer sobre a natureza das contrapartes, por terem sido efetuadas com uma Holding não financeira, cuja boa reputação de mercado não se encontra evidenciada. Com efeito, quer o Relatório de

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107



Governo da Sociedade, quer o Relatório de Gestão e o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo PT para o exercício de 2013, referem que, com o objetivo de mitigar o Risco de Crédito, a política da Portugal Telecom é de investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas, com reputação de mercado ou tendo em consideração o respetivo rating de crédito.

2. Os trabalhos no âmbito do *SOX 404* desenvolvidos tanto pela Auditoria Interna Corporativa, como pelos Auditores Externos Deloitte & Associados, SROC, S.A., em particular os trabalhos relativos aos exercícios até 2013, revelaram uma conformidade genérica dos procedimentos adotados com os previstos no Manual de Controlo Interno e delegação de competências da PT, sem prejuízo das ressalvas indicadas em (ii) alíneas a) a c), supra, mormente no que respeita às aplicações efetuadas em 2014.

3. Considerado o que antecede, a Comissão formula as seguintes recomendações:

a) que os Manuais de Controlo Interno e de Funções relativos à Tesouraria do Grupo PT passem a incorporar controlos específicos que permitam assegurar o efetivo e integral cumprimento dos requisitos de política supra referidos, quer quanto à diversificação, quer quanto à natureza e boa reputação das contrapartes, especialmente quando se trate de aplicações de elevado montante, das quais deverá ser dado oportuno conhecimento ao Conselho de Administração; e,

b) que a Comissão Executiva apresente ao Conselho de Administração, no mais breve prazo possível, um relatório escrito sobre as aplicações financeiras efetuadas em papel comercial da RIO FORTE, nomeadamente quanto à avaliação do seu risco de incumprimento.

O PRESIDENTE

(João Manuel de Mello Franco)

(José Guilherme Xavier de Basto)

OS VOGAIS

(Mário João de Matos Gomes)

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107